

Ensino Secundário em Pernambuco: Reflexões Sobre Identidade, Políticas e Projetos Educacionais (1955-1969)

Kalline Laira Lima dos Santos
Rosa Fátima de Souza Chaloba

Como citar: SANTOS, Kalline Laira Lima dos; CHALоба, Rosa Fátima de Souza. Ensino Secundário em Pernambuco: Reflexões Sobre Identidade, Políticas e Projetos Educacionais (1955-1969). *In:* CHALоба, Rosa Fátima de Souza; GARCIA, Noely Costas Dias; SANTOS, Kalline Laira Lima dos (org.). **Diversidades regionais e educacionais em perspectiva histórica (1930-1970)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 109-123. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-601-5.p109-123>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ENSINO SECUNDÁRIO EM PERNAMBUCO: REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE, POLÍTICAS E PROJETOS EDUCACIONAIS (1955-1969)

Kalline Laira Lima dos SANTOS¹

Rosa Fátima de Souza CHALOPA²

Preâmbulo do ensino secundário

Esse capítulo propõe duas discussões interligadas, a primeira consiste no discurso do educador Pernambucano Aderbal Jurema que analisa os diferentes tipos de ensino e sua utilidade como elemento cultural na formação da identidade da juventude assinalando sua problemática em busca de uma necessária reforma educacional para o ensino secundário em Pernambuco nos anos 50 do século XX. A segunda trata das realizações de projetos pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife³, o primeiro com alunos do Colégio Estadual de Pernambuco, por um período de 10 meses onde se realizou uma formação com adolescentes engajados com um

¹ Doutoranda em Educação Programa de Pós -Graduação em Educação, pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: kalline.lima@unes.br. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação FFC da Unesp, Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: rosa.souza@unesp.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação FFC da Unesp, Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: rosa.souza@unesp.br

³ O Centro do Recife foi um dos “braços” do Centro Brasileiro de Estudos Educacionais (CBPE), órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, criado em 1955 por Anísio Teixeira (então diretor do INEP) com apoio da Unesco. (Meucci,2015).

sistema educacional predominantemente humanístico intitulado Grupo Experimental de orientação profissional, e o segundo projeto, um levantamento de dados realizado pela Divisão de Pesquisas sociais, intitulado, O Ensino Técnico em Pernambuco, que pretendia instituir o planejamento e a alocação de recursos educacionais, ajudando a identificar áreas com maior demanda por escolas e programas. Não pretendemos analisar minuciosamente esses projetos, é um estudo inicial de estrutura de ensino que estava a ser constituído no estado.

Objetiva-se com ambas as discussões um ponto de encontro que o Ensino Secundário estava vivenciando nesse período da história da educação no Brasil: identidade, currículo, dualidade e formação. O que o estado de Pernambuco, juntamente com seus educadores e atores sociais discutiam a cerca dessa tendência de ensino?

Tanto o ensino secundário quanto a categoria de dualidade educacional, foi, e tem sido temas controversos e amplamente debatidos por diversos atores dentro do campo educacional no Brasil. Isso inclui educadores, pesquisadores, entidades acadêmicas e científicas, bem como representantes do Estado, como atores do sistema educacional, Ministério da Educação e Cultura (MEC), Secretarias Estaduais de Educação, Conselho Nacional de Educação, entre outros.

Além disso, as políticas educacionais, incluindo reformas no ensino secundário, frequentemente são objeto de controvérsia entre os diferentes atores envolvidos.

Questões como a necessidade de uma educação mais inclusiva, o papel da educação técnica e profissionalizante, a distribuição de recursos educacionais e a formação dos professores, são apenas algumas das áreas em que os debates em torno do ensino médio⁴ e da dualidade educacional são frequentes. Historicamente a educação secundária no Brasil foi alvo constante de reformas e contrarreformas no Plano do Estado, desde sua institucionalização. Como também, historicamente a administração desse nível de ensino gerou

⁴ Durante o texto iremos tratar do termo ensino médio ou ensino secundário de acordo com a discussão do momento, como também, das fontes analisadas. A obra *Ensino Secundário no Brasil perspectivas históricas*, esclarece que ensino secundário constitui um termo genérico para abarcar múltiplas possibilidades de formação: liceus, ateneus, ginásios, colégios, escolas técnicas e profissionalizantes nos grandes centros e no interior distante e desabitado do Brasil (CASTRO, 2019, p. 15).

dificuldades de natureza como: os fins da educação secundária, seu currículo e seus programas.

No Brasil, a etapa média de escolarização voltada à juventude, que permitia o acesso aos cursos superiores, recebeu várias denominações ao longo de sua história: instrução secundária, ensino secundário, educação secundária, curso ginásial, curso secundário fundamental. De acordo com Nascimento (2021), o termo ensino secundário foi utilizado em vários contextos nos últimos séculos, fazendo com que os pesquisadores se colocassem numa posição mais atenta com relação à evolução semântica utilizada para esse termo. O adjetivo secundário surgiu a partir dos debates educacionais provocados com a Revolução francesa por volta de 1840, tendo um sentido duplo: o grau intermediário entre o primário e o superior e o de se destinar à formação das classes abastadas.

As instituições de ensino secundário receberam, em cada período, denominações diferentes: Liceu, Colégio e Ginásio. O nome utilizado para o ensino secundário pela Reforma Benjamin Constant, de 1890, foi curso médio; em 1901, a nova reforma educacional, Epitácio Pessoa, denominou ensino secundário; a reforma posterior, Rivadávia, de 1911, deu o nome de curso fundamental; pela Reforma Maximiliano, de 1915, o ensino secundário passou a chamar-se curso gymnasial; em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, voltou o nome ensino secundário. (PESSANHA, ASSIS, BRITO, 2014, p.116).

Essas mudanças de denominação refletem não apenas as diferentes abordagens e prioridades em relação à educação secundária ao longo do tempo, mas também as influências das reformas educacionais e dos ideais pedagógicos predominantes em cada período específico da história do Brasil.

Com o advento da Segunda República (1930-1937) e o Estado Novo do Governo Vargas (1937-1947) teremos no país um momento de intensos debates e reformas sobre a educação secundária e sua utilidade, assim como mudanças no currículo refletindo sua identidade. Seja com a reforma do Francisco Campos⁵ no qual propõe uma nova identidade para a educação

⁵ Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior o decreto 19.851 em 11 de abril de 1931, o ministro da educação Francisco Campos traçou novos rumos para o ensino secundário e para o ensino superior.

secundária, no qual, em sua proposta a educação secundária não deveria ser vista apenas como uma etapa intermediária para o ingresso no ensino superior, mas sim como uma oportunidade crucial para cultivar as capacidades de apreciação, julgamento e pensamento crítico que são essenciais em todas as áreas da vida e de trabalho. Além disso, ressalta a importância do ensino secundário no treinamento da inteligência para formular problemas de maneira precisa e buscar soluções adequadas, habilidades que são valiosas independentemente de os estudantes continuarem seus estudos ou entrarem diretamente no mercado de trabalho após a conclusão do ensino.

Ou mesmo no pensamento e ideias pedagógicos do ministro Gustavo Capanema ao traçar um currículo técnico com os decretos das leis Orgânicas. Durante o Estado Novo eram evidentes a industrialização e as mudanças socioeconômicas em curso no país, nos quais foram fatores determinantes para a reavaliação e priorização do ensino secundário. sob o governo de Getúlio Vargas, houve uma série de reformas na educação, incluindo no ensino secundário. O ministro da educação Gustavo Capanema a partir de 1942 instituiu vários decretos-lei ⁶.

De acordo com Filho (2015) este aspecto da legislação educacional dos “tempos Capanema” é, aliás, altamente discriminatório em relação às camadas populares e consagrava o já conhecido “dualismo” do sistema educacional brasileiro. Expressa nesse momento como: *O ginásio e colégio secundários às “elites condutoras”; o ensino técnico-profissionalizante, “às massas a serem conduzidas”*. (Filho, 2005, p. 13).

A década de 50 do século XX no estado de Pernambuco, não é muito diferente de outros estados brasileiros e das diretrizes de reformas educacionais do Ministério da Educação, onde circulavam debates acerca da utilidade do ensino secundário, críticas ao seu acesso, qualidade e reformas estabelecidas pelos estados.

De acordo com Souza (2008), devido a intensa expansão do secundário nas décadas de 50 e 60 do século xx, os problemas desse ramo de ensino

⁶ Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

tiveram que ser reformulados. A crítica de intelectuais e educadores em relação a desordenada expansão sem um comprometimento da qualidade do ensino foi tema de um debate promovido por Anísio Teixeira e Florestan Fernandes na década de 1950. Novamente na roda discussão a educação secundária toma novos rumos.

No estado de Pernambuco a expansão do ensino secundário ocorreu tardiamente, seus primeiros indícios de expansão são vistos a partir do final da década de 50. Mas ao mesmo tempo a presença de educadores e atores políticos discutindo a finalidade do ramo, centros de pesquisas educacionais propondo projetos e políticas para o mesmo era atuante.

Em Pernambuco, Santos (2021) menciona que a expansão dos ginásios envolveu diversas instâncias a serem compreendidas. Tratava-se de um desejo do imaginário social de ascensão na educação dos filhos? Criava-se para uma educação de formação profissional? Estabeleceu-se com a crescente necessidade do ensino primário? A História da Educação brasileira ainda não conseguiu esclarecer as lacunas que nossa educação ainda carrega, além das grandes diferenças regionais que nosso país constitui e suas desigualdades alimentadas por décadas na sociedade por ausência de políticas e reformas educacionais. Mas é necessário ampliar o debate sobre esse tema que suscita sempre novas problemáticas a serem pensadas não somente na atualidade, mas desde o século anterior com novos olhares e novas fontes.

Preposição de um educador

O professor Aderbal Jurema⁷ foi um intelectual que trouxe debates interessantes sobre o ensino médio (ao qual ele denomina) em um artigo intitulado: **Tendências do Ensino Médio** publicado no ano de 1955 na Revista de Educação de Pernambuco. Suas premissas partem de: problemas e indecisões em relação à orientação humanística ou pragmática do currículo, ensino secundário a uma “tábua de lavar roupa”, sugerindo que as críticas e questões enfrentadas nesse sistema são repetitivas e não conseguem produzir mudanças

⁷ Advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, seria posteriormente ali professor. Diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (1946-1947) e secretário do ministro João Cleofas de Oliveira, além de Secretário de Educação nos governos de Etelvino Lins e Cordeiro de Faria.

significativas, nível de oportunidades para esse ramo de ensino e experiências de outros países com seus sistemas de ensino secundário. Reflexões e debates que estavam no cerne da política educacional na época, o educador busca marginalizar seus diversos termos que convencionamos chamar de ensino médio: ensino médio humanístico, de cultura geral, ou ensino médio pragmático de cultura técnica.

Como já abordamos anteriormente as reformas da educação secundária, no contexto dos anos 50, e a sua estrutura do sistema educacional brasileiro incluía o ensino secundário como um nível intermediário entre o ensino primário (fundamental) e o ensino superior. Esse ensino secundário era dividido em duas partes: o ginásio e o colegial (clássico e científico). O ginásio compreendia os primeiros quatro anos do ensino secundário, enquanto o colegial englobava os três anos finais. Essa divisão totalizava sete anos de educação secundária. Essa estrutura do ensino secundário, influenciada pelo decreto da Lei Orgânica de Capanema, refletia uma abordagem mais tradicional da educação brasileira, com uma divisão clara entre os diferentes níveis de ensino e uma ênfase na preparação para o ensino superior como objetivo final para muitos alunos.

Jurema apresenta em sua discussão as seguintes reflexões em relação ao sistema nível do ensino:

Nesta altura, vale perguntar: qual ou quais os objetivos do curso secundário? Formação, no jovem, de uma cultura de nível médio? Possibilitá-lo apenas ao ingresso nas escolas superiores? Se nos detivermos na primeira pergunta, não será fácil conceituar satisfatoriamente o que os diversos povos e nações entendem por cultura de nível médio ou quais as tendências predominantes nessa cultura de nível médio. E quanto à segunda pergunta, não precisa ser respondida porque o curso secundário tem sido, não somente no Brasil, como na maioria dos países cultos, o corredor, a passagem direta para os cursos superiores. Raro o jovem, em qualquer país do mundo, que hoje em dia não ingressa no curso secundário com o desejo apenas de poder chegar ao vestibulo da escola superior. Daí a pressa de percorrê-lo, de chegar na frente, como se o curso secundário fôsse uma maratona intelectual e não um curso de formação humanística. Humanística, aqui, no seu sentido moderno, ou seja, o de integrar o estudante, após a sua conclusão, no «habitat». (JUREMA, Revista Educação e Cultura Recife, 1955, p.73)

As questões apresentadas por Jurema é, pensarmos qual a relação do ensino secundário com as transformações da vida moderna, e questiona se o ensino está acompanhando essas mudanças ou se está ignorando-as. Ele aponta que a chamada “cultura técnica”, ou seja, o conhecimento e as habilidades relacionadas aos avanços científicos e tecnológicos, são fundamentais para a vida doméstica e social dos indivíduos contemporâneos. Em síntese, o que ele nos apresenta é uma discussão cultural do currículo, crítica a cultura geral⁸ que o ensino secundário foi constituído, e aponta como o curso secundário tem reagido adequadamente às mudanças nas condições de vida das pessoas. Incorporando ao ensino, habilidades técnicas e promovendo uma educação que prepare os alunos para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da sociedade moderna.

Em relação aos níveis de oportunidades desse nível Jurema (1955) nos apresenta uma crítica se realmente estamos proporcionando uma educação que atenda às necessidades dos jovens que vivem em áreas rurais e industriais, como das zonas agrícolas e parques industriais no interior do estado de Pernambuco.

Já em 1768 o presidente do parlamento francês, Monsieur Kolland, proclamava que “cada um deverá ter a oportunidade de receber a educação que se adapte as suas necessidades”. Será que estamos proporcionando aos jovens do interior do estado uma educação que se adapta as suas necessidades? E o que dizer das escolas secundarias localizadas nas zonas agrícolas e nos parques industriais? O conceito de igualdade de oportunidades deve ser tomado no seu tom absolutamente genérico ou com o cuidado restritivo do lucido Monsieur Rolland, quando a frente do parlamento francês tentou uma reforma de ensino para o seu velho e admirável país? (JUREMA, Revista Educação e Cultura, 1955, p.75).

Esse cenário de oportunidades recai no que Santos (2021) em seu trabalho apresenta, que no estado de Pernambuco houve um política de zoneamento educacional, onde ocorria um planejamento de zonas prioritárias por grupos. De acordo com a pesquisadora Cavalcanti (1960), compunha o grupo I municípios prioritários para o ensino colegial, ginásial, centros de juventude e centros politécnicos. Os municípios que estavam no grupo

⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização escolar e do currículo no século XX. Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Editora Cortez. 2008.

I se localizavam na área litorânea, e principalmente na cidade do Recife. E quanto, aos municípios que não estavam no grupo prioritário, essas dependiam de cidades-polos da zona do Agreste. As cidades-polo consistiam em localidades onde havia maior escolarização, como era o caso da cidade de Caruaru, Limoeiro, Garanhuns e Arcoverde, localizadas na zona do Agreste, e que recebiam por sua relevância alunos e alunas das cidades circunvizinhas.

Portanto, havia a dificuldade de instituições de ensino secundário em determinadas regiões, restringindo assim o acesso de adolescentes a esse nível, gerando um deslocamento para outro município, que incluía gastos socioeconômicos que nem toda família podiam arcar, além, dos limites de conclusão do mesmo.

A nossa tradicional educação secundária está sendo ampliada no seu sentido material, aumentando assim o quociente das possibilidades. mas o da igualdade de oportunidades se encontra preso a condição dos desníveis econômicos gritantes em nossa sociedade atual. Se, por um lado, vemos aumentar o prestígio social do curso secundário, (JUREMA,1955, p.77).

A questão do prestígio social atribuído às escolas de humanidades e universidades em comparação com outras formas de ensino, como o ensino técnico e prático é ainda discutida na análise do educador. Ao qual ele apresenta a presença de uma mentalidade elitista na educação. Essa disparidade de prestígio social é vista como um problema, pois limita as oportunidades educacionais e perpetua desigualdades sociais. O autor propõe diversificar as oportunidades educacionais.

Essa proposta se direciona a uma equiparação da educação secundária a outros cursos do mesmo nível, e ao mesmo tempo uma crítica a estrutura que o ensino secundário brasileiro estava estruturado, um ensino técnico e profissionalizante considerado subsistema marginalizado e estigmatizado e ensino secundário que correspondia aos ginásios e colégios.

Jurema (1955), apresenta que a proposta de equiparação ainda não é uma realidade de vários países, mas destaca, a Inglaterra e a Rússia que elevaram seus cursos. No contexto inglês em 1944 as duas primeiras séries do curso secundário foram niveladas aos demais cursos técnicos do país. A Rússia com cursos populares e programas educacionais específicos acessíveis

aos alunos. Portanto, essas informações que Jurema nos apresenta, onde sugere que tanto na Inglaterra quanto na Rússia, houve esforços para diversificar e adaptar os programas educacionais para atender às necessidades variadas dos alunos, incluindo aqueles interessados em cursos técnicos ou em áreas específicas de estudo. Para entender melhor esses contextos que Jurema nos apresenta, é necessário observar a evolução do sistema educacional de ambos os países, que não cabe nessa discussão.

Jurema (1955), parte de preceitos que outros intelectuais da educação estavam discutindo nesse mesmo período. A exemplo do Jaime de Abreu ao definir o que seria o “ensino secundário moderno”:

O chamado ensino secundário moderno (grifo no original), que é uma inovação na educação inglesa e se destina à maioria dos estudantes secundários, ministra uma educação variada, compreende várias modalidades, adaptáveis às aptidões e capacidades individuais e aos ambientes sociais dos alunos. É um ensino que se volta para a interpretação do mundo moderno e que prepara para a vida, em seu mais largo sentido (Abreu, 1955, p.182).

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais e seus projetos

A preocupação em relação a formação humanística no sentido moderno da palavra aplicada ao ensino secundário, não era apenas estrito ao pensamento do educador Aderbal Jurema. Podemos identificar essa preocupação no projeto desenvolvido pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, das Classes Experimentais de Orientação Profissional que foi desenvolvida pela pesquisadora Zaida Cavalcanti com 20 adolescentes do 1º ano científico do Colégio Estadual de Pernambuco.

De acordo com Cavalcanti (1962) a Orientação Profissional requer um procedimento técnico e o humano profundamente vinculados à situação real do sistema educacional e à realidade social vivenciada pela comunidade naquela ocasião. Seus preceitos baseavam-se em:

1. Que o adolescente está engajado em um sistema educacional predominante humanístico, cuja estrutura não proporciona ao aluno os

meios essenciais para a realização de uma experiência vocacional que lhe permita escolher depois de dois anos da escola secundária, qual o caminho que o conduzirá ao tipo de atividade profissional ou o ocupacional que responda melhor aos seus interesses, possibilidades e aptidões.

2. Que o adolescente está se desenvolvendo em um período de evolução da sociedade caracterizado pela luta entre padrões culturais resultantes de estruturas económicas e relações de produção, em processo de superação e, novos padrões que vão surgindo em virtude das modificações que vão se processando em tais estruturas e relações de produção pela dinâmica e os fatores do transformação. (CAVALCANTI, Caderno Região e Educação, 1962, p. 22).

Apesar do cerne do projeto não ser a equivalência do ensino secundário, a proposta tinha como objetivo um programa de palestras que possibilitava os jovens a compreender o mundo do trabalho e suas perspectivas. O projeto contou com o período de 10 meses e ocorria na sede do Centro Regional de Pesquisas do Recife. A justificativa da escola do Colégio Estadual Pernambuco foi pela diversidade do alunato, e por ser um dos colégios de maior referência do estado de Pernambuco.

Abaixo podemos observar os temas e palestras desenvolvidos durante a orientação:

Programas do palestras para o Grupo Experimental:

- Objetivos do GJ, para o problema da Escolha Profissional, organização do GE. Sistema do trabalho.
- Variações sensíveis no panorama do trabalho, Aumento das oportunidades profissionais.
- Desenvolvimento do Nordeste e o aumento de oportunidades de trabalho.
- Características da Sociedade Industrial
- Treino o competência, como fatores do status.
- Mercado de trabalho.
- Competência como fator de ajustamento pessoal.
- Relações Humanas na Indústria o Comércio
- Racionalização do Trabalho.
- Perspectiva de treino profissional no segundo ciclo.

(CAVALCANTI, Caderno Região e Educação, 1962, p. 25).

Em 1955, o mundo do trabalho estava passando por mudanças significativas devido à industrialização, urbanização e avanços tecnológicos. Portanto, fornecer orientação e informações sobre as perspectivas de emprego e as habilidades necessárias para o mercado de trabalho era uma preocupação legítima para o momento. O que não anula a discussão do currículo para o nível de ensino também. O Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife adotou uma política de muitos projetos que dialogavam com o técnico e o científico, tanto na elaboração dos projetos, nas formulações dos cursos.

Um outro projeto de tendências para a educação secundária foi proposto pela Divisão de Pesquisas sociais, **“O Ensino Técnico em Pernambuco”** em 1970, o objetivo foi realizar um levantamento nos órgãos que tinha responsabilidade por esse segmento de ensino (SUDENE, SENAI, PRIPMOI -Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra, Comissão Estadual do Ensino Médio). (Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1970).

Na década de 1970, no estado de Pernambuco, o Ensino Técnico também experimentou um crescimento gradual na matrícula, refletindo as tendências observadas em nível nacional. Houve um aumento na demanda por cursos técnicos, indicando uma valorização crescente dessa modalidade de ensino na região. A análise dos dados sobre o Ensino Técnico em Pernambuco foi realizada através de consultas a publicações do CEPEM e do IBGE, que forneceram quadros e mapas detalhados mostrando a distribuição desses cursos por município, área e zona educacional. Observou-se que, assim como em outras partes do país, nem todos os estabelecimentos rotulados como “Colégios” ou “Ginásios” Técnicos atendiam aos critérios necessários para essa classificação. Alguns deles eram marcados como secundários nas fichas do IBGE, mesmo que utilizassem termos como “Industrial” ou “Comercial” em seus nomes.

A Matrícula vem crescendo gradativamente no Ensino Técnico. Fato social que se observa em relação a esse fenômeno, e a queda paulatina do preconceito existente no período contra o Ensino Técnico. O crescimento de Demanda de Matrícula na Escola Técnica Federal de Pernambuco pode ser o exemplo concreto para o que afirmamos. Conseguimos organizar uma série de Quadros (7) relativos ao Ensino Técnico consultando as publicações de CEPEM e com dados relativos a 66 ou 67, Em relação e

1969, apuramos na inspetoria do Ensino Industrial 2 quadros sobre a rede Federal, e no IBGE os Mapas de apuração por Tipo de Ensino, Unidades, Municípios, etc. que seguem em 5 folhas de cópias fotostática.

O Mapa colorido ilustrativo mostra claramente a situação de Pernambuco em relação ao Ensino Técnico por Município, Área e Zona Educacional. Deve ser observado que muitos, ou aliás, quase todos os Colégios ou Ginásios Técnicos não possuem condições de ensino que os devem enquadrar como tais, tanto que na ficha do IBGE às vezes é assinalada quadricule secundário, quando o nome do Estabelecimento contém 0 “Industrial” ou “Comercial”, ou então nada é assinalado, ou ainda, nenhuma especialização é indicada. Tais educandários tem o mínimo exigido por lei, quando tem apenas alguns, e entre eles, a Escola Técnica Federal, o Colégio Agamenon Magalhães e Escola do SENAC podem ser excluídas dessa observação. (Cadernos Região e Educação, 1970, Recife).

Abaixo, podemos observar um dado preliminar de matrícula e estabelecimentos segundo o ramo de ensino e sua entidade mantenedora.

MATRÍCULA INICIAL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO TÉCNICO EM PERNAMBUCO, SEGUNDO AS

ÁREAS EDUCACIONAIS, RAMOS DE ENSINO E CURSOS

1967

ESTADO E ÁREAS	REDES DE ENSINO				TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL	CENECISTA	PARTICULAR	
ESTADO	2.112	8.403	4.691	44.763	19.969
GRANDE RECIFE	1.723	4.415	3.117	21.886	11.804
LITORAL E MATA NORTE	-	1.110	372	311	1.993
LITORAL E MATA SUL	385	195	508	569	1.657
MATA E AGRESTE CENTRO	34	305	597	356	1.278
AGRESTE SUL	-	217	-	93	416
TRANSIÇÃO	-	579	-	150	729
SERTÃO ALTO E ARARIPE	-	1.226	307	430	1.963
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	-	196	-	361	557

FONTE: CEPEN

MBV/ma

Fonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1970.

No levantamento da pesquisa, além da distribuição por matrícula, foram adotados instrumentos como o quadro “Proporção dos Grupos da Idade entre 11 a 18 anos do Censo Escolar de 1960 e Projeção 68/71/76/77” e o Mapa de Pernambuco segundo as Áreas e Zonas Educacionais. Esses instrumentos foram utilizados para analisar a distribuição da população em idade escolar em diferentes faixas etárias e regiões de Pernambuco. O objetivo era

compreender a demanda por educação em diferentes áreas geográficas e planejar políticas educacionais adequadas às necessidades da população.

Não pretendo aprofundar detalhadamente sobre esses projetos neste capítulo, pesquisas futuras serão tratadas das discussões, projetos e dados relativos ao ensino secundário no estado de Pernambuco. A proposta é iniciar um debate que estava na pauta das políticas educacionais brasileiras.

Considerações finais

Esse estudo inicial revelou uma série de debates e propostas que moldaram o ensino secundário da época em Pernambuco. Mergulhou em discussões interligadas que abordam desde a reflexão sobre a identidade cultural até a implementação de projetos educacionais inovadores, como também análise social para constituição da política de ensino secundário.

As transformações do ensino secundário ao longo dos anos refletiram não apenas as mudanças sociais e econômicas, mas também as reformas educacionais e os ideais pedagógicos predominantes. As diversas denominações atribuídas ao ensino secundário ao longo da história do Brasil demonstram as diferentes abordagens e prioridades em relação a esse nível de ensino que impactaram na formação de diversos jovens pernambucanos no seguimento de sua formação. Necessário destacar que essas mudanças estavam associadas a educação e economia como pauta de desenvolvimento de sociedade pelos governos e por órgãos técnicos.

O pensamento de Aderbal Jurema ressoou com preocupações sobre a relação do ensino secundário com as transformações da vida moderna e a necessidade de preparar os alunos para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Ele propôs uma diversificação das oportunidades educacionais para equiparar o ensino secundário a outros cursos do mesmo nível. Mesmo que no campo do ideal, ao qual ele mesmo afirma: *Como, então, lutar contra tudo isto, munidos apenas do idealismo um tanto imaginário de um Quixote diante dos moinhos de vento que lhe pareciam gigantes?* (Jurema, 1955).

Os projetos desenvolvidos pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife refletiram a preocupação em fornecer orientação profissional aos jovens em um contexto de mudanças significativas no mundo do trabalho. A análise dos dados sobre o Ensino Técnico em Pernambuco

destacou o crescimento gradual dessa modalidade de ensino na região, indicando uma valorização crescente. Mas as lacunas investigativas da expansão desse ramo de ensino seguem sem estudos que possam nos indicar que identidade a política do ensino secundário no estado foi se formulando. Os dados preliminares do projeto tendências do ensino técnico nos indica algo.

Em síntese, o período entre 1955 e 1969 foi marcado por debates intensos e propostas inovadoras que orientou o ensino secundário em Pernambuco. “olhar para as fontes” continua sendo uma caminhada para entender a política do ensino secundário no estado Pernambuco.

Referências

CASTRO, C. A. (Org.). **Ensino secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís do Maranhão: EDUFMA, 2019

CADERNO REGIÃO E EDUCAÇÃO. **Realidade e Perspectiva na Orientação Profissional**, v.2, n.4, Recife,1962.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FILHO, João Cardoso Palma (organizador). **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. História da Educação. 3.ed. PROGRAD/UNESP. São Paulo: Editora Santa Clara, 2005 – p. 61-74.

MEUCCI S. **GILBERTO FREYRE NO COMANDO DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE: EDUCAÇÃO EM DEBATE (1957 - 1964)**. Sociol Antropol [Internet]. 2015Jan;5(1):129–55. Available from: <https://doi.org/10.1590/2238-38752015v516>

NASCIMENTO, J. C.; FARIA, L. C. M. de. **A expansão do ensino secundário no Brasil pós-1930**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp.3, p. 1455–1472, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.3.15292. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15292>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PESSANHA, E. C.; ASSIS, W. dá S.; SILVA, S. S. de **O. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes**. Roteiro, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 311–330, 2017. DOI: 10.18593/r. v42i2.12251. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/12251>. Acesso em: 28 mar. 2024.

JUREMA, Aderbal. **Tendências do Ensino Médio**. Revista de educação e cultura: Secretária de Educação e Cultura, ano I, n. I, 1955, Recife- PE,

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização escolar e do currículo no século XX**. Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Editora Cortez. 2008.

SANTOS, Kalline Laira Lima dos. **A Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963)** / Kalline Laira Lima dos Santos. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.